



Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 90052/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Disputa



Julgamento



Habilitação



Fase Recursal



Adjudicação/ Homologação



Contratação na etapa de seleção de fornecedores

Avisos (2)

Impugnações (0)

Esclarecimentos (10)

26/11/2024 19:25



Solicito esclarecimento referente ao pregão supracitado.

Pergunta-se:

Pergunta 1 – Identificamos que os percentuais de retenção da conta-depósito vinculada (Multa FGTS, Férias e Adicional de Férias) na planilha de custos estimada do ANEXO II está divergente da MINUTA DE CONTRATO (Cláusula oitava) do ANEXO IV. Questionamos qual percentual será considerado como correto para elaboração da proposta? O percentual do ANEXO II ou ANEXO IV?



Seguem os esclarecimentos solicitados:

A licitante mais bem classificada, na fase de julgamento prevista na Seção XI do Edital, terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, para encaminhamento, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo", de arquivo contendo as planilhas de custos e formação de preços dos postos de trabalho envolvidos na contratação, conforme modelo constante do Anexo III do Edital.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:24



Prezado Raul, bom dia.

Peço sua gentileza no sentido de nos enviar a planilha de custos e formação de preços referente ao certame supramencionado em formato Excel.



A planilha de custos poderá ser obtida no endereço eletrônico <https://www.tre-bajus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitaces-2024>.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:24



Prezados,
Referente ao Pregão Eletronico nº 90052/2024.
Poderiam por gentileza enviar a planilha de formação de custos em Excel para preenchimento da mesma.



prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitaces-2024.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:23



Solicito esclarecimento referente ao pregão supracitado.

Pergunta-se:

Pergunta 1 – Será permitido cotação de 21 dias para o cálculo de vale transporte e vale alimentação?

Pergunta 2 - Será obrigatório usar os percentuais de encargos da planilha estimada do ANEXO II? A empresa tem liberdade para cotar percentuais diferentes?

Pergunta 3 – Será obrigatório cotar o percentual para substitutos na cobertura de férias? Ou as férias dos profissionais alocados nos referidos postos de trabalho deverão preferencialmente coincidir com o período de recesso do Judiciário (forense), sem a necessidade de cobertura dos postos?

Pergunta 4 - O lance será pelo valor global de 24 meses?

Pergunta 5 – O uniforme do item 7 do ANEXO I será fornecido anualmente para todos os funcionários?

Pergunta 6 – Será necessário um preposto fixo no local de execução dos serviços?

Pergunta 7 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, qual percentual será considerado como correto para o módulo 3 letra D (Aviso Prévio Trabalhado)? Será considerado o percentual de 1,94% conforme art. 7º, inciso XXI, da Constituição Federal e parágrafo único do art. 488 da CLT? Ou será considerado o percentual de 1,84% conforme planilha estimada do ANEXO II?

Pergunta 8 – Conforme planilha estimada do ANEXO II, o percentual da Multa FGTS é de 3,20% (módulo 3 letra C+F), estando em desconformidade com o percentual de 4,00% do ANEXO XII (conta-vinculada) da IN 05/2017. Qual percentual será considerado como correto para conta-vinculada? Será considerado o percentual de 4,00% ou 3,20%?

Pergunta 9 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, qual percentual será considerado como correto para o submódulo 2.1 letra B (férias e adicional de férias)? Será considerado o percentual de 12,10% conforme ANEXO XII (conta-vinculada) da IN 05/2017? Ou será considerado o percentual de 11,11% conforme planilha estimada do ANEXO II?

Pergunta 10 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, qual percentual será considerado como correto para o módulo 3 letra A (Aviso Prévio Indenizado)? Será considerado o percentual de 0,42% conforme art. 487, § 1º da CLT? Ou será considerado o percentual de 0,41% conforme planilha estimada do ANEXO II?

Pergunta 11 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, o cálculo correto para submódulo 4.1 será o somatório do MÓDULO 01 + MÓDULO 02 + MÓDULO 03 x % percentual de cada item?

Pergunta 12 – Conforme item 3.5 do ANEXO I, qual a quantidade de relógio de ponto para cotação na planilha?

Pergunta 13 – Será necessário o fornecimento de notebook e celular para a função de gerente, subgerente e estatístico?

Pergunta 14 – Será obrigatório o uso da CCT SEAC x SINTRAL? Ou será permitido o uso de CCT diferente?



Seguem os esclarecimentos solicitados:

Pergunta 1 – Será permitido cotação de 21 dias para o cálculo de vale transporte e vale alimentação?

Resposta: sim.

Pergunta 2 - Será obrigatório usar os percentuais de encargos da planilha estimada do ANEXO II? A empresa



algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Pergunta 3 – Será obrigatório cotar o percentual para substitutos na cobertura de férias? Ou as férias dos profissionais alocados nos referidos postos de trabalho deverão preferencialmente coincidir com o período de recesso do Judiciário (forense), sem a necessidade de cobertura dos postos?

Resposta: Haverá necessidade de cobertura dos postos.

Pergunta 4 - O lance será pelo valor global de 24 meses?

Resposta: sim.

Pergunta 5 – O uniforme do item 7 do ANEXO I será fornecido anualmente para todos os funcionários?

Resposta: o uniforme deverá ser fornecido antes do início da prestação dos serviços e substituído a cada ano da prorrogação do contrato ou sempre que necessário.

Pergunta 6 – Será necessário um preposto fixo no local de execução dos serviços?

Resposta: Não será necessário um preposto fixo no local de execução dos serviços. A indicação do preposto poderá recair no posto do supervisor.

Pergunta 7 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, qual percentual será considerado como correto para o módulo 3 letra D (Aviso Prévio Trabalhado)? Será considerado o percentual de 1,94% conforme art. 7º, inciso XXI, da Constituição Federal e parágrafo único do art. 488 da CLT? Ou será considerado o percentual de 1,84% conforme planilha estimada do ANEXO II?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Pergunta 8 – Conforme planilha estimada do ANEXO II, o percentual da Multa FGTS é de 3,20% (módulo 3 letra C+F), estando em desconformidade com o percentual de 4,00% do ANEXO XII (conta-vinculada) da IN 05/2017. Qual percentual será considerado como correto para conta-vinculada? Será considerado o percentual de 4,00% ou 3,20%?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Pergunta 9 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, qual percentual será considerado como correto para o submódulo 2.1 letra B (férias e adicional de férias)? Será considerado o percentual de 12,10% conforme ANEXO XII (conta-vinculada) da IN 05/2017? Ou será considerado o percentual de 11,11% conforme planilha estimada do ANEXO II?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do



Pergunta 10 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, qual percentual será considerado como correto para o módulo 3 letra A (Aviso Prévio Indenizado)? Será considerado o percentual de 0,42% conforme art. 487, § 1º da CLT? Ou será considerado o percentual de 0,41% conforme planilha estimada do ANEXO II?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Pergunta 11 – Para garantir a isonomia do processo licitatório, o cálculo correto para submódulo 4.1 será o somatório do MÓDULO 01 + MÓDULO 02 + MÓDULO 03 x % percentual de cada item?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Pergunta 12 – Conforme item 3.5 do ANEXO I, qual a quantidade de relógio de ponto para cotação na planilha?

Resposta: no mínimo 01.

Pergunta 13 – Será necessário o fornecimento de notebook e celular para a função de gerente, subgerente e estatístico?

Resposta: não.

Pergunta 14 – Será obrigatório o uso da CCT SEAC x SINTRAL? Ou será permitido o uso de CCT diferente?

Resposta: a licitante poderá utilizar a CCT que representa seu CNAE preponderante.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:22



Prezados(as), bom dia.

Solicitamos esclarecimentos para os itens abaixo, acerca da presente licitação:

01 - A licitante deve obrigatoriamente utilizar alguma CCT específica ou pode se utilizar da CCT que representa seu CNAE preponderante?

02 – Há alguma empresa prestando o serviço atualmente? Qual?

03 – Qual é o Código de Serviço para o objeto da contratação, visando aferir a alíquota do ISS?

04 – Os postos poderão ficar descobertos nos casos de ausência do colaborador? Seja por motivo de falta, doença, acidente ou férias?





05 – Deve ser pago adicional de Periculosidade ou Insalubridade para os funcionários da equipe? Se sim, quais colaboradores devem fazer jus ao mesmo?

06 - Entendemos que o material (e peças) que será utilizado para a execução dos serviços (de elétrica, pintura, alvenaria e outros) será fornecido pela Contratante. Este entendimento está correto?

07 - A Contratada deve fornecer algum equipamento de informática, software de gestão?

08 - A contratante concederá espaço para vestiário e refeições par os colaboradores da contratada?

09 - No caso da licitante ser optante pelo regime de desoneração da folha de pagamento, como ficará o contrato caso essa legislação seja alterada e passem a vigorar novas alíquotas de INSS e CPRB? Exemplo, a empresa arremata o certame com uma planilha desonerada, caso a legislação mude havendo a reoneração da folha? A Contratada terá direito a reequilibrar o contrato?

10- No caso da Contratada ser responsável pela aquisição dos materiais, haverá um limite mensal? E como será o reembolso?

11 – Como será formulado o lance? (Valor unitário mensal, valor unitário global, valor Global total dos 12 meses, etc.)

12 - Os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência /estratégia / peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

13 – A planilha de custos deve prever valor referente a NR-7?

14 – No caso da CCT utilizada pela licitante contemplar pagamento de PLR, esse valor deve ser inserido na planilha de composição de custos?

15 – Com relação ao percentual sobre o valor da contratação a ser considerado para determinar inexecutabilidade da proposta, o mesmo é de 75%? Este percentual é absoluto ou relativo?

16 – A licitante poderá se utilizar de modelo próprio de Planilha de Composição de Custos ou deve usar obrigatoriamente uma planilha disponibilizada pela administração?

17 – Neste pregão haverá direito de preferência às ME/EPP no que se refere ao critério desempate, conforme a LEI COMPLEMENTAR 123/2006?



01 - A licitante deve obrigatoriamente utilizar alguma CCT específica ou pode se utilizar da CCT que representa seu CNAE preponderante?

Resposta: a licitante poderá utilizar a CCT que representa seu CNAE preponderante.



Sim. Gestor Serviços.

03 – Qual é o Código de Serviço para o objeto da contratação, visando aferir a alíquota do ISS?

Resposta: a alíquota é de 5%.

04 – Os postos poderão ficar descobertos nos casos de ausência do colaborador? Seja por motivo de falta, doença, acidente ou férias?

Resposta: os postos não poderão ficar descobertos.

05 – Deve ser pago adicional de Periculosidade ou Insalubridade para os funcionários da equipe? Se sim, quais colaboradores devem fazer jus ao mesmo?

Resposta: não.

06 - Entendemos que o material (e peças) que será utilizado para a execução dos serviços (de elétrica, pintura, alvenaria e outros) será fornecido pela Contratante. Este entendimento está correto?

Resposta: A relação dos materiais e quantidades as serem fornecidos pela contratada constam no item 10 do Anexo I do Edital.

07 - A Contratada deve fornecer algum equipamento de informática, software de gestão?

Resposta: não.

08 - A contratante concederá espaço para vestiário e refeições par os colaboradores da contratada?

Resposta: sim.

09 - No caso da licitante ser optante pelo regime de desoneração da folha de pagamento, como ficará o contrato caso essa legislação seja alterada e passem a vigorar novas alíquotas de INSS e CPRB? Exemplo, a empresa arremata o certame com uma planilha desonerada, caso a legislação mude havendo a reoneração da folha? A Contratada terá direito a reequilibrar o contrato?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

10- No caso da Contratada ser responsável pela aquisição dos materiais, haverá um limite mensal? E como será o reembolso?

Resposta: A relação dos materiais e quantidades as serem fornecidos pela contratada constam no Anexo I do Edital.

11 – Como será formulado o lance? (Valor unitário mensal, valor unitário global, valor Global total dos 12 meses, etc.)

Resposta: a licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR TOTAL PARA A



12 - Os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência /estratégia / peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

Resposta: poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com o histórico da empresa.

13 – A planilha de custos deve prever valor referente a NR-7?

Resposta: para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

14 – No caso da CCT utilizada pela licitante contemplar pagamento de PLR, esse valor deve ser inserido na planilha de composição de custos?

Resposta: para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

15 – Com relação ao percentual sobre o valor da contratação a ser considerado para determinar inexecutabilidade da proposta, o mesmo é de 75%? Este percentual é absoluto ou relativo?

Resposta: É indicio de inexecutabilidade da proposta valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

16 – A licitante poderá se utilizar de modelo próprio de Planilha de Composição de Custos ou deve usar obrigatoriamente uma planilha disponibilizada pela administração?

Resposta: para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

17 – Neste pregão haverá direito de preferência às ME/EPP no que se refere ao critério desempate, conforme a LEI COMPLEMENTAR 123/2006?

Resposta: sim.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:21



Seguem os esclarecimentos solicitados:

1. Existe algum contrato semelhante ao objeto deste certame, seja vigente ou finalizado? Se sim, por favor, poderia fornecer o número do contrato, a empresa contratada e o valor do último contrato? Qual a data prevista para encerramento e qual o motivo do encerramento? Quantos profissionais foram alocados e quais os perfis que compuseram o contrato? O contrato foi executado de forma remota? Qual foi o valor do contrato?

Resposta: Sim.

2. A Contratante fornecerá sala, instalações e equipamentos necessários para a execução dos serviços.





3. Quantos profissionais atualmente estão envolvidos no serviço licitado?

Resposta: 41 postos.

4. Os salários informados no TR, são de caráter obrigatório Entendemos que a empresa que apresentar salários inferiores será desclassificada, exceto se comprovarem exequibilidade através de contratos com o mesmo perfil já executados. Nosso entendimento está correto?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

5. A quantidade de profissionais prevista no TR é obrigatória? Os licitantes que não considerarem essa quantidade mínima exigida serão desclassificados. Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim.

6. O quantitativo de profissionais demonstrados será exigido na sua totalidade máxima desde o início do contrato? Em caso negativo, qual será o cronograma de alocação dos profissionais descritos?

Resposta: Sim.

7. No que tange ao papel do preposto, favor esclarecer: Deverá ser um perfil profissional com dedicação exclusiva ao Contrato? As atividades do preposto deverão ser exercidas de forma presencial ou remota? Poderá ser um membro da equipe que será contratada?

Resposta: Não precisa permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo. É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto.

8. Em conformidade com as normas tributárias aplicáveis e fundamentados na Lei Complementar nº 116/2003, que regula o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), esclarecemos que a tributação incidente sobre serviços de terceirização de mão de obra deve ocorrer no local onde se dá a efetiva prestação do serviço — no caso, em Salvador. Nos termos do art. 3º da referida Lei, o ISS é devido no município onde ocorre a execução dos serviços, independentemente do local da sede do prestador. Entendemos que as empresas participantes de processos licitatórios devem observar a correta localização para a incidência do tributo, respeitando o Código de Serviços previsto na legislação tributária local e as alíquotas aplicáveis a cada jurisdição. A adoção de alíquotas divergentes, ou a desconsideração da especificidade do município onde os serviços são prestados, configura irregularidade passível de desclassificação, pois gera distorções na formação de preços e compromete a competitividade entre as propostas, ferindo o princípio da isonomia. Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim.

9. Considerando a atividade que será desenvolvida neste caso não se aplica a desoneração da folha de pagamento correto?

Resposta: para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

10. Para os cargos de Gerente e Subgerente já há profissionais contratados nesse perfil e com os salários indicados neste TR?

Resposta: sim.

11. Considerando a legislação vigente e as diretrizes estabelecidas para as licitações de dedicação exclusiva de mão de obra, entendemos que a tributação incidente sobre tais contratos deve ser realizada pelo regime não cumulativo, conforme as alíquotas de PIS e COFINS definidas em 1,65% e 7,60%, respectivamente. A



compensação de créditos tributários ao longo da cadeia de produção. Nesse sentido, ressaltamos que a observância do regime de tributação correto é essencial para garantir a isonomia e a justa competitividade entre os licitantes, evitando distorções nos custos apresentados e nas propostas de preço final. Empresas que não adotarem a tributação pelo regime não cumulativo estarão sujeitas à desclassificação, uma vez que sua precificação poderá se beneficiar indevidamente de um regime menos oneroso, contrariando o princípio da igualdade de condições entre os participantes do certame. Assim, é imprescindível que todos os licitantes apresentem suas propostas com base no regime tributário não cumulativo (PIS 1,65% e COFINS 7,60%), sob pena de inabilitação, a fim de assegurar a observância dos critérios legais e a equidade entre os concorrentes. Nosso entendimento está correto?

Resposta: para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro



Seguem os esclarecimentos solicitados:

1. Existe algum contrato semelhante ao objeto deste certame, seja vigente ou finalizado? Se sim, por favor, poderia fornecer o número do contrato, a empresa contratada e o valor do último contrato? Qual a data prevista para encerramento e qual o motivo do encerramento? Quantos profissionais foram alocados e quais os perfis que compuseram o contrato? O contrato foi executado de forma remota? Qual foi o valor do contrato?

Resposta: Sim.

2. A Contratante fornecerá sala, instalações e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Estamos corretos nessa interpretação?

Resposta: sim.

3. Quantos profissionais atualmente estão envolvidos no serviço licitado?

Resposta: 41 postos.

4. Os salários informados no TR, são de caráter obrigatório. Entendemos que a empresa que apresentar salários inferiores será desclassificada, exceto se comprovarem exequibilidade através de contratos com o mesmo perfil já executados. Nosso entendimento está correto?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

5. A quantidade de profissionais prevista no TR é obrigatória? Os licitantes que não considerarem essa quantidade mínima exigida serão desclassificados. Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim.

6. O quantitativo de profissionais demonstrados será exigido na sua totalidade máxima desde o início do contrato? Em caso negativo, qual será o cronograma de alocação dos profissionais descritos?

Resposta: Sim.



Resposta: Não precisa permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo. É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto.

8. Em conformidade com as normas tributárias aplicáveis e fundamentados na Lei Complementar nº 116/2003, que regula o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), esclarecemos que a tributação incidente sobre serviços de terceirização de mão de obra deve ocorrer no local onde se dá a efetiva prestação do serviço — no caso, em Salvador. Nos termos do art. 3º da referida Lei, o ISS é devido no município onde ocorre a execução dos serviços, independentemente do local da sede do prestador. Entendemos que as empresas participantes de processos licitatórios devem observar a correta localização para a incidência do tributo, respeitando o Código de Serviços previsto na legislação tributária local e as alíquotas aplicáveis a cada jurisdição. A adoção de alíquotas divergentes, ou a desconsideração da especificidade do município onde os serviços são prestados, configura irregularidade passível de desclassificação, pois gera distorções na formação de preços e compromete a competitividade entre as propostas, ferindo o princípio da isonomia. Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim.

9. Considerando a atividade que será desenvolvida neste caso não se aplica a desoneração da folha de pagamento correto?

Resposta: para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

10. Para os cargos de Gerente e Subgerente já há profissionais contratados nesse perfil e com os salários indicados neste TR?

Resposta: sim.

11. Considerando a legislação vigente e as diretrizes estabelecidas para as licitações de dedicação exclusiva de mão de obra, entendemos que a tributação incidente sobre tais contratos deve ser realizada pelo regime não cumulativo, conforme as alíquotas de PIS e COFINS definidas em 1,65% e 7,60%, respectivamente. A adoção do regime cumulativo, caracterizado por alíquotas reduzidas, não é aplicável a esse tipo de contratação por se tratar de prestação de serviços com dedicação exclusiva, o que, de acordo com a legislação tributária brasileira, demanda a adoção obrigatória do regime não cumulativo para garantir a compensação de créditos tributários ao longo da cadeia de produção. Nesse sentido, ressaltamos que a observância do regime de tributação correto é essencial para garantir a isonomia e a justa competitividade entre os licitantes, evitando distorções nos custos apresentados e nas propostas de preço final. Empresas que não adotarem a tributação pelo regime não cumulativo estarão sujeitas à desclassificação, uma vez que sua precificação poderá se beneficiar indevidamente de um regime menos oneroso, contrariando o princípio da igualdade de condições entre os participantes do certame. Assim, é imprescindível que todos os licitantes apresentem suas propostas com base no regime tributário não cumulativo (PIS 1,65% e COFINS 7,60%), sob pena de inabilitação, a fim de assegurar a observância dos critérios legais e a equidade entre os concorrentes. Nosso entendimento está correto?

Resposta: para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:21



Bom dia, Agente da Licitação,

Pedimos esclarecimento quanto:

1. Quais os percentuais serão utilizados no submódulo 2.1? Terá incidência qual o percentual?

2. Qual o módulo e submódulo deverá ser utilizado para encontrar a base de cálculo do módulo 2.2?





4. Quais módulos e submódulos deverão ser utilizados na composição da base de cálculo para o módulo 4.1? Bem como quais serão os percentuais a serem utilizados?

5. Referente a quantidade de vale transportes deverá ser considerado quantos dias trabalhados: 21 ou 22 dias?

6.1. Qual valor do vale transporte?

6.2. Quantos vales por dia?

7. Haverá intervalo intrajornada?

9. O preposto deve ser colocado na Planilha de Custos ?

10 Poderia disponibilizar a planilha de custo em formato excel ?

11. Referente a Convenção Coletiva utilizada pelo órgão:

11.1 Qual Convenção Coletiva utiliza para a formulação de preço do certame em questão?

11.2 É obrigatório a utilização de todas as gratificações previstas na Convenção Coletiva utilizada pelo órgão?

12. A licitante poderá participar com a desoneração em folha?



Seguem os esclarecimentos solicitados:

1. Quais os percentuais serão utilizados no submódulo 2.1? Terá incidência qual o percentual?

Resposta: A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

2. Qual o módulo e submódulo deverá ser utilizado para encontrar a base de cálculo do módulo 2.2?

Resposta: A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

3. Quais módulos e submódulos deverão ser utilizados na composição da base de cálculo para o módulo 3? Bem como quais serão os percentuais a serem utilizados?

Resposta: A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

4. Quais módulos e submódulos deverão ser utilizados na composição da base de cálculo para o módulo 4.1? Bem como quais serão os percentuais a serem utilizados?

Resposta: A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.



5. Referente a quantidade de vale transportes deverá ser considerado quantos dias trabalhados: 21 ou 22 dias?

Resposta: poderá ser considerado 21 ou 22 dias.

6.1. Qual valor do vale transporte?

Resposta: R\$ 5,20.

6.2. Quantos vales por dia?

Resposta: 02 vales por dia.

7. Haverá intervalo intrajornada?

Resposta: Será concedido o intervalo (não precisará substituir, nem indenizar).

9. O preposto deve ser colocado na Planilha de Custos ?

Resposta: Não.

10 Poderia disponibilizar a planilha de custo em formato excel ?

Resposta: a planilha de custos poderá ser obtida no endereço eletrônico <https://www.trabalha.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>.

11. Referente a Convenção Coletiva utilizada pelo órgão:

11.1 Qual Convenção Coletiva utiliza para a formulação de preço do certame em questão?

Resposta: Convenção Coletiva SEAC x SINTRAL.

11.2 É obrigatório a utilização de todas as gratificações previstas na Convenção Coletiva utilizada pelo órgão?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

12. A licitante poderá participar com a desoneração em folha?

Resposta: a planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro



Prezados,

Pelo presente solicitamos a(s) planilha(s) no formato EXCEL editável.

Pregão Eletrônico nº 90052/2024

UASG: 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA



A planilha de custos poderá ser obtida no endereço eletrônico <https://www.tre-bajus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitaces-2024>.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:19



AO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90052/2024

Prezado Sr. Raul Almeida da Paz,

Por gentileza, solicito o envio da planilha estimada do ANEXO II em formato excel para fins de licitação.



A planilha de custos poderá ser obtida no endereço eletrônico <https://www.tre-bajus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitaces-2024>.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

26/11/2024 19:19



1. Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável. Este pedido é fundamentado na cláusula da Convenção Coletiva referente ao Incentivo à Continuidade.
2. Será necessário estabelecer um escritório na cidade onde os serviços serão prestados?
3. O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?
4. É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?
5. Qual Convenção Coletiva foi usada para elaborar a estimativa de custos?
6. A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?
7. Propostas cadastradas acima do valor estimado serão desclassificadas?
8. Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?
9. Será aceito apenas atestado comprovando aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou será admitido um percentual mínimo que comprove a prestação de serviços de mão de obra?
10. Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?
11. A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?
12. O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?
13. Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação?
14. Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?
15. A planilha de custos deve ser apresentada durante o registro da proposta ou somente será solicitada ao vencedor pelo pregoeiro?
16. É necessário considerar o adicional de intrajornada?
17. Existe a obrigação de fornecimento de uniformes?
18. Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos? Se sim, quais e quantos?



Seguem os esclarecimentos solicitados,

1. Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável. Este pedido é fundamentado na cláusula da Convenção Coletiva referente ao Incentivo à Continuidade.

RESPOSTA: Sim. A empresa é a Gestor Serviços.

2. Será necessário estabelecer um escritório na cidade onde os serviços serão prestados?

Resposta: Não.

3. O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?

Resposta: Não precisa permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo.

4. É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?

Resposta: sim.

5. Qual Convenção Coletiva foi usada para elaborar a estimativa de custos?

Resposta: Convenção Coletiva SEAC x SINTRAL.

6. A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?

Resposta: As orientações sobre o preenchimento da planilha constam na Seção X do Edital.

7. Propostas cadastradas acima do valor estimado serão desclassificadas?

Resposta: A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 4.354.912,83 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e doze reais e oitenta e três centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

8. Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?

Resposta: 5%.

9. Será aceito apenas atestado comprovando aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou será admitido um percentual mínimo que comprove a prestação de serviços de mão de obra?

Resposta: Serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação.

10. Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?

Resposta: Não.



Resposta: Os profissionais deverão marcar a frequência em equipamento tipo relógio de ponto, fornecido pela Contratada.

12. O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?

Resposta: O custo do equipamento deve ser assumido pela contratada.

13. Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação?

Resposta: 22 dias.

14. Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?

Resposta: R\$ 5,20.

15. A planilha de custos deve ser apresentada durante o registro da proposta ou somente será solicitada ao vencedor pelo pregoeiro?

Resposta: Será solicitada ao vencedor pelo pregoeiro.

16. É necessário considerar o adicional de intrajornada?

Resposta: Não.

17. Existe a obrigação de fornecimento de uniformes?

Resposta: sim.

18. Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos? Se sim, quais e quantos?

Resposta: Sim. A relação dos materiais e quantidades constam no item 10 do Anexo I do Edital.

19. Qual é a produtividade prevista?

Resposta: Sim. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, o Instrumento de Medição de Resultados – IMR estabelecido na Portaria DG nº 103/2018 do TRE-BA, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Contratante, visando à garantia da qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento (Anexo A).

20. Existe a possibilidade de alteração da produtividade estipulada?

Resposta: Não.

21. Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?

Resposta: a planilha de custos poderá ser obtida no endereço eletrônico <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro

